A MULHER NEGRA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO DESAFIOS E CONQUISTAS

FERNANDA BORGES DA SILVA

RESUMO
Este artigo discute o papel da mulher negra na sociedade brasileira contemporânea, destacando os desafios enfrentados devido ao racismo estrutural e ao sexismo, bem como as conquistas sociais, políticas e culturais obtidas ao longo dos anos. Analisa-se a trajetória histórica da mulher negra, desde a escravidão até o cenário atual, evidenciando a importância da educação, da representatividade política e da resistência cultural para a promoção da equidade. O estudo utiliza revisão bibliográfica e análises de dados de pesquisas recentes sobre desigualdade racial e de gênero no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: mulher negra, racismo estrutural, desigualdade social, Brasil contemporâneo, resistência cultural

ABSTRACT
This article discusses the role of Black women in contemporary Brazilian society, highlighting the challenges they face due to structural racism and sexism, as well as the social, political, and cultural achievements obtained over time. The historical trajectory of Black women, from slavery to the present day, is analyzed, emphasizing the importance of education, political representation, and cultural resistance for promoting equity. The study employs a bibliographic review and analysis of recent data on racial and gender inequality in Brazil.

KEY-WORDS: Black women, structural racism, social inequality, contemporary Brazil, cultural resistance

1.INTRODUÇÃO

A história da mulher negra no Brasil é marcada por uma trajetória de resistência diante de um sistema historicamente racista e patriarcal. Desde a escravidão, as mulheres negras foram submetidas a múltiplas formas de exploração: trabalho forçado nas lavouras e residências, violência sexual, negação da maternidade e apagamento de identidades culturais.

No contexto contemporâneo, embora haja avanços, como políticas afirmativas, participação política e maior visibilidade cultural, persistem desigualdades salariais, violência de gênero e racial e sub-representação social e política. Assim, o estudo da mulher negra no Brasil atual permite compreender tanto a continuidade de opressões estruturais quanto as conquistas obtidas por meio de resistência e luta social.

Este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pela mulher negra na sociedade brasileira contemporânea, destacando suas conquistas, com ênfase em educação, política, cultura e mobilização social.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO E LEGADO DA ESCRAVIDÃO

A escravidão no Brasil, que perdurou oficialmente até 1888, colocou as mulheres negras em posição de dupla opressão: racial e de gênero. Elas desempenhavam funções extenuantes nas lavouras, como colheita de cana-de-açúcar e café, e nos lares dos senhores, trabalhando como amas de leite, cozinheiras, lavadeiras e cuidadoras de crianças brancas (DAVIS, 2016; WERNECK, 2019).

Além da exploração econômica, sofriam violência física e sexual. Muitas eram obrigadas a negar o seio aos próprios filhos para alimentar crianças brancas, e eram frequentemente punidas de maneira cruel, como relata Werneck (2019):

“As amas de leite negras escravizadas, ao mesmo tempo em que alimentavam os filhos das senhoras brancas, eram obrigadas a negar o seio aos seus próprios filhos, sendo violentamente afastadas da experiência materna.”

Apesar dessas condições, as mulheres negras preservaram e transmitiram tradições africanas de diversas formas, contribuindo para a resistência cultural no Brasil colonial e contemporâneo. Elas mantiveram línguas africanas, como o quimbundo e o iorubá, que influenciaram termos populares e nomes de santos sincretizados. Nas práticas religiosas, preservaram elementos do can-

domblé e da umbanda, adaptando rituais de orixás ao sincretismo com santos católicos. Nos saberes culinários, transmitiram receitas tradicionais como o acarajé, a feijoada e o vatapá, que hoje fazem parte da gastronomia brasileira. A música e a dança também foram mantidas, com formas como o jongo, a capoeira e o samba de roda, utilizadas tanto como entretenimento quanto como expressão de resistência. Além disso, preservaram rituais de cura e conhecimentos sobre plantas medicinais, transmitidos oralmente, que garantiam a sobrevivência e a autonomia dentro das comunidades escravizadas. Essas manifestações culturais não apenas resistiram ao apagamento promovido pela escravidão, mas também transformaram a sociedade brasileira, deixando marcas profundas e duradouras em sua identidade cultural e social" (REIS, 1991).

A resiliência das mulheres negras no Brasil colonial e contemporâneo se manifesta de diversas formas diante da opressão racial e de gênero. Elas enfrentaram jornadas extenuantes de trabalho nas lavouras e nas residências, além da violência física e sexual sofrida, mas encontraram estratégias de resistência que preservaram sua humanidade e identidade. Essa resiliência incluiu a criação de redes de apoio mútuo, nos quais compartilhavam conhecimentos sobre cuidado de filhos, alimentação e sobrevivência em suas comunidades; a transmissão de saberes culturais e religiosos, como práticas tradicionais do candomblé, rezas, cantos e danças- que acabaram se modificando com o passar do tempo em meio a mistura de povos trazidos forçosamente de diversas partes África e povos europeus que se achegavam cada vez ais em busca de riquezas e lucro fácil-; e o engajamento em espaços de educação informal, ensinando leitura, escrita e ofícios às gerações seguintes - uma luta difícil de ser vencida, ainda nos dias de hoje, pois vai de encontro com o racismo estrutural e formação de uma sociedade com pensamentos escravistas. No período contemporâneo, essa força se expressa na luta por direitos iguais, participação política mais significativa, empreendedorismo nas diversas vertentes empresariais e representação cultural rica das mais diferentes origens, evidenciando conquistas significativas, como maior presença no ensino superior, valorização da estética afro-brasileira, protagonismo em movimentos sociais e visibilidade na mídia. A resistência das mulheres negras não apenas permitiu a sobrevivência frente a múltiplas formas de opressão, mas também contribuiu decisivamente para a formação da identidade cultural, social e política do Brasil" (DAVIS, 2016; CARNEIRO, 2003).

2.2 RACISMO ESTRUTURAL E DESIGUALDADE SOCIAL

A escravidão no Brasil, que perdurou oficialmente até 1888, colocou as mulheres negras em posição de dupla opressão: racial e de gênero. Elas desempenhavam funções extenuantes nas lavouras, como colheita de cana-de-açúcar e café, e nos lares dos senhores, trabalhando como amas de leite, cozinheiras, lavadeiras e cuidadoras de crianças brancas (DAVIS, 2016; WERNECK, 2019).

Além da exploração econômica, sofriam violência física e sexual. Muitas eram obrigadas a negar o seio aos próprios filhos para alimentar crianças brancas, e eram frequentemente punidas de maneira cruel, como relata Werneck (2019):

"As amas de leite negras escravizadas, ao mesmo tempo em que alimentavam os filhos das senhoras brancas, eram obrigadas a negar o seio aos seus próprios filhos, sendo violentamente afastadas da experiência materna."

Apesar dessas condições, as mulheres negras preservaram e transmitiram tradições africanas, mantendo línguas, práticas religiosas, saberes culinários, música, dança e rituais de cura, elementos fundamentais da resistência cultural (REIS, 1991). Essas manifestações não apenas resistiram ao apagamento, mas transformaram a sociedade brasileira, deixando marcas duradouras em sua cultura. A culinária brasileira, por exemplo, guarda traços inegáveis da herança africana em pratos como a feijoada, o acarajé e o vatapá. No campo religioso, a consolidação de tradições como o Candomblé e a Umbanda preservou não apenas a espiritualidade, mas também valores de ancestralidade, coletividade e respeito à natureza. Na música e na dança, ritmos como o samba e o ma-

racatu emergiram como expressões centrais da cultura popular, nascidas da resistência cultural negra. Além disso, práticas de cura e saberes transmitidos oralmente ajudaram a compor um repertório de medicina popular ainda presente em comunidades brasileiras. Assim, a herança africana, sustentada em grande parte pela resiliência das mulheres negras, foi essencial não só para a sobrevivência de sua identidade, mas também para a própria formação da brasilidade. Nesse processo, as mulheres atuaram como guardiãs do conhecimento ancestral, responsáveis por transmitir valores, tradições e práticas culturais às novas gerações, assegurando a continuidade de uma memória coletiva que resistiu à opressão e moldou a diversidade cultural do Brasil. As parteiras preservaram técnicas de cuidado e nascimento, as amas de leite nutriram física e simbolicamente gerações inteiras, e as mães de santo garantiram a permanência das religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, transformando a resistência em espiritualidade, afeto e força comunitária.

2.3 CONQUISTAS E RESISTÊNCIA CONTEMPORÂNEA

Apesar das dificuldades, as mulheres negras alcançaram conquistas significativas:

1. Educação e políticas afirmativas: A implementação de cotas raciais em universidades públicas aumentou o acesso de mulheres negras ao ensino superior, promovendo mobilidade social e profissional, fortalecendo as gerações futuras. Esse avanço tem possibilitado que mais mulheres negras ocupem espaços historicamente negados a elas, tornando-se professoras, pesquisadoras, escritoras, médicas, advogadas, engenheiras e profissionais em diversas áreas consideradas de prestígio. Além disso, o acesso à universidade amplia sua capacidade de atuação política e social, permitindo que sejam protagonistas na produção de conhecimento, valorizando suas próprias histórias e experiências. Ao romper com o ciclo de exclusão educacional, essas conquistas geram impactos não apenas individuais, mas coletivos, inspirando outras mulheres negras e contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária.

2. Participação política: Movimentos sociais e partidos têm incentivado a representação de mulheres negras, fortalecendo lideranças e políticas voltadas para equidade racial e de gênero. Vale lembrar que esse processo de conquista no campo político tem avançado de forma mais rápida e com menos resistência quando falamos de mulheres brancas, pois estas, devido seu fenótipo que ainda é mais aceito devido a formação estrutural racista de nossa sociedade. As mulheres negras, por sua vez, enfrentam uma dupla discriminação, sendo afetadas tanto pelo racismo quanto pelo sexismo, o que torna sua inclusão política mais lenta e sujeita a maiores desafios, como sub-representação em cargos eletivos, menos acesso a redes de poder e visibilidade limitada na mídia. Por isso, a luta pela participação efetiva de mulheres negras na política envolve não apenas igualdade formal, mas também estratégias de empoderamento, capacitação e conscientização, essenciais para romper os obstáculos estruturais e promover uma democracia mais inclusiva. Djamila Ribeiro, filósofa e ativista do feminismo negro no Brasil, destaca que a representatividade da mulher negra deve ser compreendida de forma interseccional, considerando simultaneamente as opressões de gênero, raça e classe. Segundo Ribeiro, as mulheres negras recebem, em média, menos do que homens e mulheres brancas, o que evidencia a necessidade de políticas específicas que abordem essas desigualdades estruturais (RIBEIRO, 2021a). Além disso, ela ressalta que a representatividade não pode se limitar à presença simbólica, mas deve se traduzir em ocupação de espaços de poder e influência, como a política, a educação e a mídia, onde as mulheres negras ainda estão sub-representadas proporcionalmente à sua participação na população brasileira, que corresponde a cerca de 28% (RIBEIRO, 2021b). A invisibilidade histórica e cultural dessas mulheres reforça a exclusão social e impacta negativamente a formação da identidade de crianças e jovens negros, tornando fundamental o reconhecimento de suas contribuições para a sociedade (RIBEIRO, 2021c). Para Ribeiro, não basta "dar voz"; é necessário escutar ativamente as vozes historicamente silenciadas, garantindo que as experiências e perspectivas das

mulheres negras sejam efetivamente consideradas em processos de decisão política e social (RIBEIRO, 2020a). Nesse contexto, a educação antirracista surge como um instrumento transformador, permitindo que as novas gerações compreendam o racismo como fenômeno estrutural e promovam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (RIBEIRO, 2020b).

3. Cultura e representatividade: A presença de mulheres negras na literatura, no cinema, na música, na moda e na arte permite a valorização da identidade afro-brasileira. Capoeira, samba, jongo e práticas religiosas como o candomblé são exemplos de manifestações culturais preservadas e transformadas por essas mulheres. Cabe dizer que a luta dentro dos campos culturais também demonstra uma resistência maior entre as mulheres negras em comparação as brancas. Falando de televisão e cinema, por exemplo, enquanto a primeira ainda é reduzida a participação de papéis que se limitam a empregadas domésticas e serviços considerados inferiores enquanto a segunda se destaca por representações dentro de roda de alta sociedade, grande empresariado e chefia.

4. Movimentos feministas negros: Autoras e ativistas como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Angela Davis destacam que a resistência da mulher negra vai além da sobrevivência; ela é um ato político e cultural que reforça identidade, solidariedade e luta coletiva (DAVIS, 2016; CARNEIRO, 2003). Essa resistência se manifesta tanto na denúncia das desigualdades estruturais quanto na criação de espaços de valorização da cultura e da memória afro-brasileira. Ao reivindicarem voz e visibilidade, essas mulheres não apenas enfrentam o racismo e o sexismo, mas também constroem novas formas de existência e emancipação. Assim, a resistência da mulher negra se torna um elemento transformador, capaz de questionar e desconstruir a ordem social excludente, ao mesmo tempo em que fortalece comunidades inteiras por meio da transmissão de saberes, da mobilização política e da afirmação cultural.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS FUTUROS

Embora existam políticas de inclusão, barreiras estruturais ainda limitam o impacto dessas medidas. O fortalecimento da representatividade, a promoção de espaços de liderança e o combate à violência racial e de gênero são prioridades. Estratégias educativas e de empoderamento cultural são fundamentais para reduzir desigualdades e consolidar conquistas. Embora nas últimas décadas tenham sido implementadas políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial e de gênero — como as cotas em universidades, programas de incentivo ao empreendedorismo feminino e a criação de organismos institucionais de promoção da igualdade racial —, ainda persistem barreiras estruturais que limitam a efetividade dessas medidas. Tais obstáculos estão enraizados em um racismo estrutural e institucional que reproduz desigualdades históricas e dificulta o pleno acesso das mulheres negras a direitos fundamentais, como educação, saúde, segurança e representação política.

Nesse sentido, o fortalecimento da representatividade e a ampliação da presença de mulheres negras em espaços de liderança, tanto no campo político quanto no econômico e cultural, constituem não apenas uma demanda, mas uma condição essencial para a democratização da sociedade brasileira. O combate à violência racial e de gênero, que se manifesta em índices alarmantes de feminicídio e discriminação, deve ser compreendido como prioridade estratégica das políticas públicas, demandando ações integradas entre Estado e sociedade civil.

Além disso, estratégias educativas que valorizem a história e a cultura afro-brasileira,- como a educação antirracista proposta nas escolas públicas - aliadas ao empoderamento cultural e à ampliação do acesso à produção de conhecimento, são fundamentais para a desconstrução de estereótipos e para a construção de uma sociedade mais equitativa. Ao mesmo tempo, é imperativo avançar na consolidação de políticas afirmativas, acompanhadas de mecanismos de monitoramento e avaliação, de modo a garantir que os avanços conquistados não se limitem a medidas paliativas, mas se convertam em transformações estruturais.

Dessa forma, os desafios futuros passam por transformar as políticas de inclusão em

instrumentos de justiça social mais amplos, capazes de alterar a lógica de exclusão histórica e consolidar conquistas em prol de uma cidadania plena para as mulheres negras no Brasil contemporâneo.

2.5 A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A educação antirracista nas escolas públicas brasileiras constitui um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Inserida no contexto histórico de um país marcado pela escravidão e pela persistência do racismo estrutural, essa prática educativa busca enfrentar e desconstruir preconceitos e estereótipos que ainda permeiam o espaço escolar, repercutindo no desempenho acadêmico, na autoestima e no sentimento de pertencimento de crianças e jovens negros.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo oficial, representa um marco nesse processo. Essa legislação não apenas reconhece a contribuição dos povos africanos para a formação da identidade nacional, mas também procura corrigir silenciamentos históricos que marginalizaram o protagonismo das populações negras. No entanto, sua efetividade ainda enfrenta inúmeros desafios, como a falta de formação adequada dos docentes, a ausência de materiais didáticos condizentes e a resistência de setores que minimizam a importância da pauta racial, uma luta a mais para vencer os estereótipos ainda enraizados da mulher negra aqui no Brasil

A educação antirracista implica mais do que a inserção de conteúdos específicos: trata-se de uma prática pedagógica contínua que deve atravessar todas as áreas do conhecimento e promover uma visão crítica sobre as desigualdades sociais. Isso significa problematizar o eurocentrismo presente nos currículos, valorizar intelectuais e lideranças negras, e legitimar manifestações culturais afro-brasileiras, como o samba, a capoeira, as religiões de matriz africana e as literaturas negras.

Além do conteúdo, é necessário repensar as relações sociais no espaço escolar. A escola deve ser um ambiente em que estudantes negros e negras não sejam alvo de racismo recreativo, bullying ou estigmatização, mas sim reconhecidos em sua diversidade e riqueza cultural. Nesse sentido, práticas pedagógicas que incentivem a representatividade e a valorização das identidades negras contribuem para o fortalecimento da autoestima e para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel na sociedade. É primordial que personagens da história da cultura negra no Brasil sejam trabalhados na escola, além dos homens já conhecidos como Zumbi dos Palmares, nomes de mulheres como Dandara, Luiza Mahin, Acotirene, Maria Firmina dos Reis, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carolina Maria de Jesus deve, ser estudados e evidenciados como parte fundamental no processo de construção de um país não-racista, sobretudo feminino.

A educação antirracista, portanto, não se limita ao combate às discriminações: ela constitui um ato político e transformador, capaz de promover cidadania, inclusão social e respeito às diferenças. Ao mesmo tempo, é um instrumento de reparação histórica, pois busca desfazer séculos de apagamento e marginalização da população negra no Brasil.

O desafio, entretanto, reside em consolidar essas práticas como política pública permanente, com investimentos na formação docente, produção de materiais didáticos contextualizados e criação de projetos pedagógicos que dialoguem com a realidade das comunidades escolares. Mais do que cumprir uma exigência legal, trata-se de assumir o compromisso ético de formar gerações que reconheçam, respeitem e valorizem a diversidade racial que constitui o Brasil.

3. CONCLUSÃO

A trajetória da mulher negra no Brasil evidencia a continuidade de opressões históricas, mas também mostra conquistas significativas em educação, cultura, política e economia. A resiliência e a criatividade dessas mulheres foram fundamentais para a preservação da herança africana e a transformação da sociedade brasileira.

O reconhecimento da importância da mulher negra e a promoção de políticas que enfrentem o racismo e o sexismo estruturais são essenciais para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, entender

a história e a contribuição dessas mulheres é reconhecer que a identidade brasileira foi construída também por sua luta, resistência e legado cultural.

A trajetória da mulher negra no Brasil evidencia não apenas a continuidade das opressões históricas herdadas do colonialismo e da escravidão, mas também revela conquistas expressivas nos campos da educação, da cultura, da política e da economia. A resiliência, a criatividade e a capacidade de organização coletiva dessas mulheres foram decisivas para a preservação da herança africana e para a transformação da sociedade brasileira em sua pluralidade cultural. Nesse processo, a mulher negra não se limitou a ser vítima das estruturas racistas e patriarcais: ela se constituiu como agente ativa de resistência, liderança comunitária e produção de saberes.

O reconhecimento da centralidade da mulher negra na história do Brasil exige não apenas o registro de sua presença, mas também a promoção de políticas públicas que enfrentem de forma efetiva o racismo e o sexismo estruturais, reduzam desigualdades sociais e garantam acesso pleno a direitos. Mais do que reparar invisibilizações históricas, trata-se de compreender que a identidade nacional brasileira foi profundamente moldada pela luta, pela resistência e pelo legado cultural das mulheres negras. Dessa forma, valorizar suas conquistas e ampliar suas vozes significa construir uma sociedade mais democrática, plural e verdadeiramente igualitária.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. O lugar de fala das mulheres negras. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

CARVALHO, José Jorge; GOMES, Flávio dos Santos. Cultura e Poder: A Presença Africana no Brasil Colonial. Editora: Companhia das Letras, 2000;

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria O. L. S. A Mulher no Brasil Colonial. Editora: EDUSP, 1983

GONZALEZ, Lélia. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Pallas, 1988.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – Educação e Renda. Brasília, 2022.

MAIO, Marcos Chor. O Cativeiro da Liberdade: Cultura Afro-Brasileira e Resistência. Editora: EdUFBA, 2008;

PARRA-VALENCIA, L., Fernandes, S. L., & Huning, S. M. (2022). "Por uma psicologia da descolonização" - Entrevista com Liliana Parra-Valencia. Revista Polis E Psique, 11,5-21.

REIS, João. O Negro no Brasil Colonial. Editora: Brasiliense, 1995;

RIBEIRO, Djamila. Lugar e Fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaia, 2023

RIBEIRO, Djamila. Mulher negra e vítima de opressões combinadas. Senado Federal, 2021a. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/mulher-negra-e-vitima-de-opressoes-combinadas-afirma-a-pesquisadora-djamila-ribeiro. Acesso em: 27 ago. 2025.

SANTOS, Ivanir dos. Marchar não é Caminhar: interfaces políticas e sociais das religiões de matriz africana no Rio de Janeiro. Editora: Pallas, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. História da Vida Privada no Brasil Império. Editora: Companhia das Letras, 2005.

WERNECK, Jurema. Racismo e saúde: desigualdades no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.